



EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL	22.FEV.1980	ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUGALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	

## TIRO À MOUCHE

### Pobres agradecem preços favoráveis

Raul da Mata

Só o mais inqualificável faciosismo político, demonstrando bem a perniciosidade exercida por Moscovo junto dos comentadores portugueses (?), leva toda a imprensa e com ela toda a gente, a não querer compreender as justas medidas tomadas recentemente pelo governo da AD.

Na verdade, o governo dirigido (e bem) por Sá Carneiro, aumentou os preços dos combustíveis e promete brevemente aumentar os do cimento, dos transportes, da electricidade (e naturalmente da comida, das bebidas, dos tecidos, etc.) sempre, mas sempre, a pensar nas classes mais desfavorecidas.

Isto, aliás, confirma as promessas eleitorais. Sá Carneiro e Freitas do Amaral não são pessoas para faltar aos compromissos que assumem. Assim, há uma diferença estrutural entre os actuais aumentos de preços e os anteriores (estes últimos, como se sabe, foram provocados por traidores que ocuparam o poder a seguir ao 25 de Abril). Os actuais aumentos de preços têm um profundo significado social, são aumentos que se destinam a beneficiar os trabalhadores e os pobres. Só não percebe isto quem está perturbado por mentiras partidárias.

Assim é que os trabalhadores, se têm agora mais dificuldade em andar de automóvel, ou mesmo de autocarro, se pagam mais caras as batatas (que aliás é um aumento farináceo que faz engordar), vêem como contrapartida a lagosta manter o seu preço. E assim se processa a democratização do marisco.

O aumento do cimento em nada afecta as classes mais desfavorecidas, as que por tradição constroem as suas casas com bédões e tábuas cujo preço foi congelado.

O governo da AD, sempre preocupado com os pobres, aumenta a electricidade com perfeita consciência e espírito humanista, porque sabe que os mais débeis economicamente nem sequer têm electricidade, não sendo por isso afectados.

Fica assim respeitada a pri-

meira grande prioridade da Aliança Democrática: a luta contra a alta de preços. Mas, sempre com o objectivo de melhorar as condições de vida dos portugueses, o CDS que, embora no governo, se mantém bem fiel e vigilante, já apresentou uma proposta exigente. Os novos aumentos terão que ser justificados com 24 horas de antecedência.

Fontes geralmente bem informadas referem que este ponto foi muito discutido nas altas esferas da Aliança Democrática, pois o PPM pretendia que a justificação se efectuasse com 31 horas de antecedência, enquanto os reformadores eram a favor de 10 horas. O PSD, por seu lado, queria que as explicações sobre os novos aumentos fossem dadas 48 horas depois dos mesmos. Receavam os social-democratas que informações sobre aumentos dadas com antecedência permitissem especulação: concretamente o maior problema era com a electricidade. Aqui o benefício seria dos mais ricos, que poderiam armazenar apreciáveis quantidades de kilowatts, com grave prejuízo para o Fundo de Abastecimento.

As 24 horas exigidas pelo CDS são assim um compromisso democrático, demonstrando bem o equilíbrio que os dirigentes centristas procuram imprimir à governação portuguesa.

Uma alternativa será provavelmente aprovada na Assembleia da República, fazendo depender o número de horas de antecedência da percentagem de aumento dos preços — é a chamada «Emenda Lucas Pires», com o apoio incondicional de Natália Correia. É um complicado esquema em que, quanto maiores forem os aumentos, menos será a antecedência das respectivas justificações.

Há portanto que elogiar sem reservas estas fórmulas de combater a inflação e melhorar o nível de vida para a população portuguesa.

E não é por acaso que se esboçam, de Norte a Sul do País, manifestações de apoio e agra-

decimento dos mais pobres, que bem compreendem como os aumentos de preços lhes são favoráveis. Porque o governo é tão a favor dos pobres que tudo faz para que haja cada vez mais pobres.

\*\*\*

Os seguidores de Moscovo não abrandam nas suas arremetidas contra o governo nacional, estável, coerente, democrático e aliado que nós temos. A insistência destes traidores mostra bem que não querem perder o subsídio mensal em rublos.

A despropósito da recente demissão de Soares Louro de presidente da RTP pretendem demonstrar que o governo Sá Carneiro não é pluralista — chegam ao deslante de falar em saneamento político!!! E ligam este caso com o de Maria de Lurdes Pintasilgo, numa tentativa para baralhar e complicar coisas que são bem simples.

A maior prova que a AD é pluralista está na sua própria constituição (aliás é a única constituição válida, porque a outra, dita da «República Portuguesa», é como se sabe elaborada por um grupo de traidores). Repare-se que a Aliança Democrática tem monárquicos, reformadores, sociais-democratas, cristãos-democratas e não só. Portanto, é pluralista.

Agora Soares Louro é que não é pluralista — e a prova é que não é da AD. Por isso foi substituído. Tudo o mais não passa de baixas especulações.

O caso Pintasilgo é totalmente diferente. Em primeiro lugar porque é uma mulher; depois porque é católica (mas repare-se que não se trata de uma verdadeira católica, pois se o fosse estaria no CDS ou no PDC); finalmente porque, como bem explicou Lucas Pires, é uma militarista africana (e é sabido que tal tipo de ideologia não nos pode representar na UNESCO). Este último ponto foi mesmo determinante na exclusão de Pintasilgo: ser militarista africana é uma questão gravíssima e inexplicável. O próprio Lucas Pires, embora professor universitário, e se bem que ajudado por Natália Correia, não conseguiu explicar em que consiste a ideologia da senhora engenheira Lurdes Pintasilgo.

Se não fosse a estúpida Constituição que temos, o governo Sá Carneiro teria já substituído o Presidente da República (que também é militarista e não é da AD), o Conselho da Revolução (também indiscutivelmente militarista) e os outros partidos políticos (é sabido que PS, PC, UDP, etc., não aderiram à AD, o que bem demonstra a sua falta de pluralismo).

Tudo o que fica explicado mostra à evidência como são injustificados os ataques às justas medidas que o governo vem tomando.